

PROJETO DE EXECUÇÃO PENAL DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

EIXO 3 – EXTENSÃO, DOCÊNCIA E INVESTIGAÇÃO

Autor: PINTO, Felipe Martins. Doutor em Direito, diretor da DAJ/UFMG.

Coautores: COSTA, Fernanda O.; MARTINS JUNIOR, Fernando N.; PIMENTA, Pablo F. S.; PERDIGÃO, Dayana G.; SOUSA, Carlos Eduardo: integrantes do Projeto de Execução Penal da DAJ/UFMG.

REFERÊNCIA INSTITUCIONAL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CONTATOS: felipempinto@hotmail.com; nanda_otero@hotmail.com; fernandosansao@ufmg.br; pablo.pimenta@gmail.com; dayanagargano@hotmail.com; ces.direito@hotmail.com.

RESUMO

A Divisão de Assistência Judiciária da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (DAJ/UFMG) presta assistência jurídica e judiciária à população carente de Belo Horizonte desde 1958. Aliando os três pilares constitucionais da universidade pública brasileira - ensino, pesquisa e extensão, a Divisão apresenta como proposta principal a atuação direcionada à efetivação de direitos fundamentais que proporcione aos alunos do curso de graduação a oportunidade de exercer a prática jurídica com a supervisão de profissionais dos mais diversos ramos jurídicos. Um viés importante de suas atividades consiste na assistência ao preso, seja como ingresso ou egresso do estabelecimento prisional.

Ensino, pesquisa e extensão encontram-se indissociavelmente ligados no Projeto. O ensino é contemplado ao longo de toda a atuação, na medida em que se configura como

uma relação intersubjetiva, dialógica e dinâmica entre os graduandos e a realidade na qual estão inseridos, possibilitando a construção da autonomia do indivíduo, capaz de se tornar sujeito de seu próprio saber e co-responsável pela produção coletiva de conhecimento. Por isso, o ensino liga-se estreitamente à extensão, intervenção efetiva na realidade. A extensão associa a teoria à prática, aos anseios sociais e às possibilidades de constante ampliação dos horizontes da Universidade. É nesse sentido que a DAJ concretiza a bagagem teórica apreendida nos estudos desenvolvidos na Faculdade de Direito, em que a efetivação dos Direitos Humanos coloca-se como desafio maior à prática jurídica contemporânea.

Na Divisão, a relação entre pesquisa e extensão é observada na medida em que as discussões no grupo de estudo passam a ser aplicadas, sistematizadas e difundidas por meio da elaboração e publicação de artigos. Nela, desenvolve-se, inclusive, um projeto de periódico de Prática Jurídica, aberto a toda a comunidade acadêmica, que proporciona um diálogo permanente e salutar com a sociedade na qual a Universidade encontra-se inserida. Desse modo, o conhecimento volta-se efetivamente à transformação da sociedade, de forma a permitir a expansão do vínculo entre comunidade e Universidade, transportando para a vivência cotidiana o conhecimento previamente adquirido e produzido no ambiente acadêmico.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas na DAJ, há o presente Projeto, que aborda, especificamente, a Execução Penal. Trata-se de área jurídica que merece uma atenção especial, pois abarca os aspectos da efetivação das disposições de sentença ou decisão criminal, bem como visa proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Devido à falta de políticas estatais adequadas, resta prejudicada a consumação da previsão legal de integração entre sociedade e condenado. O condenado é lançado em um ambiente muitas vezes inadequado, sem qualquer tipo de amparo, no qual sua situação ainda é agravada pela falta de estrutura e preparo dos órgãos públicos para absorver a estrondosa demanda norteadada pela atual política de “lei e ordem”. Soma-se a isso o precário acesso dos ingressos no sistema carcerário a informações adequadas sobre seus direitos e a maneira de exercê-los.

Tornou-se fundamental, portanto, o Projeto de Execução Penal da DAJ. A prestação jurídica e judiciária à população carcerária carente é uma das formas de busca da efetivação dos direitos humanos nos moldes previstos pela atual Constituição brasileira. Nesse contexto, o referido Projeto, em parceria com o Mutirão Carcerário do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, visa promover uma atuação na área de Execução Penal e possibilitar o

contato direto do estudante com a realidade prisional, contato esse extremamente relevante para a formação de uma visão crítica e para o completo desenvolvimento acadêmico.

Visa-se, ainda, ao aperfeiçoamento da formação acadêmica do corpo discente da Universidade, capacitando-o por meio de grupos de estudos, debates, pesquisas e discussões. Com isso, fica assegurada a prestação de uma orientação jurídica e judiciária de qualidade para toda população carcerária, bem como para seus familiares. As ações de extensão acontecem, sobretudo, ao promover o acompanhamento do preso, peticionando em seu favor quando houver cumprido os requisitos para gozar de direitos e prerrogativas assegurados pela Lei de Execução Penal brasileira.

Uma outra proposta abrange a elaboração de cartilhas, as quais tem por objetivo informar o preso sobre seus direitos e deveres. O material utilizará linguagem acessível, visando atingir um maior número de pessoas. Dessa forma, ao possuir informações que interferem diretamente em sua situação, o detendo estará munido de ferramentas para que ele mesmo possa promover ações capazes de melhorar a sua condição dentro do estabelecimento prisional. O projeto corrobora, ainda, para a melhor aceitabilidade do egresso na sociedade - ressocialização, por meio de programas que objetivam desmistificar a figura do preso.

Para a melhor aproveitabilidade do Projeto, é mister sejam realizados seminários, conferências, debates, palestras e grupos de estudos envolvendo comunidade, Universidade e Estado. É importante, ainda, efetivar parcerias com outros projetos de extensão da UFMG, que possam ser desenvolvidos também na unidade prisional, como, por exemplo, os relacionados à educação, capacitação profissional, cultura e saúde.

Devido à importância da Execução Penal, resta claro a pertinência do Projeto em questão, afinal, o seu pioneirismo proporcionará a formação de juristas capacitados para lidar com esse ramo penal outrora preterido. Isso, é claro, acarretará numa melhora no tratamento dispensado aos condenados e internados, seja durante ou após o cumprimento da pena, fazendo surgir uma nova relação entre apenado, sociedade e Estado, o que é primordial para a promoção da coesão social necessária para mitigar a exclusão social, tão visível na sociedade latino-americana contemporânea.

INTRODUÇÃO

O Projeto de Execução Penal da Divisão de Assistência Judiciária (PEP/DAJ) da Universidade Federal de Minas Gerais aborda, especificamente, a Execução Penal. Trata-se

de área jurídica que merece uma atenção especial, pois abarca os aspectos da efetivação das disposições de sentença ou decisão criminal, bem como visa proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Devido à falta de políticas estatais adequadas, resta prejudicada a consumação da previsão legal de integração entre sociedade e condenado. O condenado é lançado em um ambiente muitas vezes inadequado, sem qualquer tipo de amparo, no qual sua situação ainda é agravada pela falta de estrutura e preparo dos órgãos públicos para absorver a estrondosa demanda norteadada pela atual política de “lei e ordem”. Soma-se a isso o precário acesso dos ingressos no sistema carcerário a informações adequadas sobre seus direitos e a maneira de exercê-los.

Tornou-se fundamental, portanto, o Projeto de Execução Penal da DAJ. A prestação jurídica e judiciária à população carcerária carente é uma das formas de busca da efetivação dos direitos humanos nos moldes previstos pela atual Constituição brasileira. Nesse contexto, o referido Projeto visa promover uma atuação na área de Execução Penal e possibilitar o contato direto do estudante com a realidade prisional, contato esse extremamente relevante para a formação de uma visão crítica e para o completo desenvolvimento acadêmico.

Ensino, pesquisa e extensão encontram-se indissociavelmente ligados no Projeto. O ensino é contemplado ao longo de toda a atuação, na medida em que se configura como uma relação intersubjetiva, dialógica e dinâmica entre os graduandos e a realidade na qual estão inseridos, possibilitando a construção da autonomia do indivíduo, capaz de se tornar sujeito de seu próprio saber e co-responsável pela produção coletiva de conhecimento. Por isso, o ensino liga-se estreitamente à extensão, intervenção efetiva na realidade. A extensão associa a teoria à prática, aos anseios sociais e às possibilidades de constante ampliação dos horizontes da Universidade. É nesse sentido que o PEP/DAJ concretiza a bagagem teórica apreendida nos estudos desenvolvidos na Faculdade de Direito, em que a efetivação dos Direitos Humanos coloca-se como desafio maior à prática jurídica contemporânea.

O presente Projeto objetiva, portanto, prestar assistência jurídica e judiciária à população carcerária carente, permitindo a efetivação dos direitos fundamentais dos presos ingressos no sistema penitenciário de Minas Gerais, bem como auxiliar programas que visam descongestionar o judiciário para que haja maior celeridade dos processos que tratem de matéria penal. Objetiva-se, ainda, promover o acompanhamento do preso, formulando pedidos de progressão de regime, benefícios como o indulto de natal, entre outros. Além de

integrar de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão e promover o aprimoramento do aprendizado dos alunos.

MATERIAL E METODOLOGIA

Adota-se a perspectiva de construção dialogada do conhecimento, a partir da convicção de que as respostas acadêmicas, se desvinculadas ao meio social, em muito pouco têm a contribuir para a melhoria deste.

O aperfeiçoamento da formação acadêmica do corpo discente da Universidade é buscado através de grupos de estudos, debates, pesquisas e discussões, com vistas a capacitar o alunato para agir efetivamente em prol da sociedade.

São realizadas reuniões semanais, na Faculdade de Direito da UFMG, entre o professor-orientador e participantes do grupo de estudo do Projeto, bem como são elaborados artigos que sintetizam o conteúdo apreendido nos debates que ocorrem na mencionada reunião.

Um outro método adotado pelo Projeto consiste na elaboração de cartilhas, as quais tem por objetivo informar o preso sobre seus direitos e deveres. O material utiliza de linguagem acessível, visando atingir um maior número de pessoas.

No intuito de promover uma maior abrangência da atuação do corpo discente, foram efetivadas parecerias com outros projetos, o que possibilita o desenvolvimento de atividades não apenas em ambiente acadêmico, mas também em unidades prisionais e em instituições que promovem ações em favor da humanização da pena, da inclusão e da justiça social.

Em parceria com o Programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), os participantes do PEP/DAJ visitam penitenciárias no intuito de avaliar se os direitos dos detentos estão sendo resguardados e de repassar as demandas dos apenados e da instituição penitenciária ao Conselho Nacional de Justiça para que haja a devida efetivação das disposições de sentença ou decisão criminal e para que sejam proporcionadas condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Os discentes colaboram, também, com a realização de atividades, que ocorrem nas dependências do TJMG, com vistas a melhoria da prestação jurisdicional, auxiliando na análise de processos que se encontram estagnados em comarcas do interior devido à sobrecarga dos magistrados.

Também em parceria com o TJMG, são realizados Mutirões Carcerários, através dos quais as ações de extensão acontecem, sobretudo, ao promover o acompanhamento do

preso, peticionando em seu favor quando houver cumprido os requisitos para gozar de direitos e prerrogativas assegurados pela Lei de Execução Penal brasileira.

Em suma, o projeto conta três frentes distintas de ação: a) um grupo de estudos, que, através da análise e discussão de textos sobre criminologia crítica e direito penal capacita o corpo discente; b) um conjunto de capacitações externas, que tem por objetivo levar os participantes do Projeto a atuar fora do ambiente acadêmico e a promover um diálogo entre aluno, sociedade e Universidade; c) um cronograma de acompanhamento de execução penal em unidade prisional, a fim de oferecer assistência jurídica e judiciária àqueles que não possuem advogado nem defensor público constituído, e não têm meios de arcar financeiramente com tal assistência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O grupo de estudos do Projeto produz artigos relacionados ao tema Criminologia e Direito Penal, com foco em Execução Penal, de forma a capacitar o corpo discente e a divulgar os trabalhos realizados para a comunidade acadêmica como um todo, haja vista que não há, na Faculdade de Direito da UFMG, uma cadeira destinada à Execução Penal.

Os participante do grupo estão elaborando cartilhas que destinam-se a esclarecer os direitos e deveres dos encarcerados, com informações diretas e claras sobre garantias constitucionais, prerrogativas legais e administrativas. Trata-se de ferramenta voltada para a ressocialização do preso, que serão disponibilizadas gratuitamente pelo Projeto através de parcerias que estão sendo buscadas. As cartilhas são fruto do trabalho do referido grupo, formado por docentes, discentes e orientadores voluntários. Através dessa atividade, os participantes se inteiram melhor sobre a Lei de Execução Penal, aprimorando, dessa forma, o conhecimento acerca da temática.

A parceria com o Programa Novos Rumos do TJMG proporcionou a atuação do PEP/DAJ em processos de diversas comarcas sobrecarregadas de Minas Gerais, dentre elas: Açucena, Araxá, Patrocínio, Santa Luzia. São feitas análises de prescrição e de andamento processual penal de cerca de 16 (dezesesseis) processos por mês, de forma a minimizar a angústia dos réus provocada pela demora da tramitação dos processos, visando, assim, a atender a expectativa deles por uma resposta tempestiva do judiciário.

Também em parceria com o mencionado Programa, foi realizada em 2011 uma visita à Penitenciária Professor Jason Soares Albergária, situada na Cidade de São Joaquim de Bicas/MG, onde foram levantadas demandas dos presos e da instituição.

Registrou-se queixas dos apenados quanto à qualidade da alimentação, a precariedade de determinadas celas, ao desvio de correspondências e à irregularidade dos dias de telefonemas e visitas. As reclamações foram repassadas ao Conselho Nacional de Justiça e, em visita posterior à instituição, consultando os detentos, constatou-se que esses problemas foram sanados.

Além disso, o PEP/DAJ ajuizou ações e impetrou *habeas corpus* em favor de detentos. Ao todo, foram atendidos cerca de 50 apenados entre o segundo semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2011, através do Mutirão Carcerário resultante da parceria entre PEP/DAJ e TJMG.

CONCLUSÃO

Devido à importância de se assegurar os direitos dos condenados na Execução Penal, resta claro a pertinência do Projeto em questão. O PEP/DAJ proporciona a formação de juristas capacitados para lidar com esse ramo penal outrora preterido, dotando-os de visão crítica acerca da sociedade na qual estão inseridos. O Projeto proporciona, também, uma melhora no tratamento dispensado aos condenados e internados, seja durante ou após o cumprimento da pena, fazendo surgir uma nova relação entre apenado, sociedade e Estado, o que é primordial para a promoção da coesão social necessária para mitigar a exclusão social, tão visível na sociedade latino-americana contemporânea.

Desse modo, o conhecimento volta-se efetivamente à transformação da sociedade, de forma a permitir a expansão do vínculo entre comunidade e Universidade, transportando para a vivência cotidiana o conhecimento previamente adquirido e produzido no ambiente acadêmico.